



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUÍS.**

Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por seu representante legal infrafirmado, titular da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, situada no Edifício sede das Promotorias de Justiça de São Luís à av. Carlos Cunha s/n, nos termos preconizados no art.129, III da Constituição da República, no art. 25, IV, a) da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei federal n.º8.625/93) e nos arts.1º,I e III, 19 e 21 da Lei n.º7.347/85, e ainda com supedâneo nas provas que constam do anexo Procedimento Administrativo Cível nº1.19.000.001215/2007-03, vem perante Vossa Excelência propor a vertente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA DECLARATÓRIA DE
NULIDADE DE ATO JURÍDICO** em face de:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.

O ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público, representada por seu Procurador Geral do Estado, Dr. *José Cláudio Pavão Santana*, ex vi do art.103 da Constituição do Estado do Maranhão e do art.215 do Código de Processo Civil, a ser citado no edifício Nagib Haickel, sede da Procuradoria Geral do Estado, situado a Av. Euclides Figueiredo S/N; pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

I - DOS FATOS

Consoante nos informam as provas existentes no citado procedimento administrativo cível, oriundo da Procuradoria da República no Maranhão, a nomeação dos representantes da sociedade civil que integram o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH, efetuada em **19/11/2007**, e publicada no Diário Oficial do Estado de **29/11/2007** é nula por vício insanável decorrente da sua indicação por entidade juridicamente inexistente, não obstante previsão inserta no art.2º,§4º do Decreto Estadual nº21.821, de 23/11/2005, com a redação alterada pelo Decreto Estadual nº23.171/2007, norma regulamentar completamente ilegal e, também por isso, nula.

O fato foi constatado na análise dos documentos apresentados ao Ministério Público Federal pelo FONASC.BH, e pelos participantes da eleição, notadamente o próprio FMOSC e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.**

O procedimento foi instaurado para apurar representação formulada pelo Sr. João Clímaco Soares de Mendonça Filho, representando a pessoa jurídica da FONASC.CBH, na qual aduziu a violação dos princípios da impessoalidade, transparência e representatividade, pela designação de um ente sem personalidade jurídica para realizar a eleição dos integrantes da sociedade civil a serem nomeados para compor o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. À sua representação, foram juntados os documentos de fls. 010 a 024, constituídos de documentos relacionados à eleição.

Foram instados a se pronunciar sobre os fatos o Fórum Maranhense de Organizações da Sociedade Civil – FMOSC; o Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IMARH; a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Todos os envolvidos foram unânimes em defender a validade dos atos relacionados à eleição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, fazendo um histórico da atuação do Fórum Maranhense de Organizações da Sociedade Civil para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMOSC e juntando diversos documentos relacionados à eleição.

Merece destaque a informação prestada pelo IMARH às fls. 64 de que teve preocupações com o fato de ser candidato a uma vaga no CONERH e, ao mesmo tempo, coordenar a eleição da qual participaria.

Após as informações prestadas, o Ministério Público Federal declinou as atribuições.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.**

Os documentos juntados mostram que houve certa organização por parte dos realizadores da eleição, porém, tais formalidades não são suficientes para ilidir três situações que a tornam nula e, por consequência, nulificam o ato de nomeação das entidades da sociedade civil.

Em primeiro lugar constata-se que a entidade a quem foi delegada a competência para a realização da eleição destinada a indicar os integrantes da sociedade civil não existe, não tem personalidade jurídica.

Nesse ponto, exsurge a plena nulidade de todo o processo seletivo, sem prejuízo das evidências de violação ao princípio da moralidade administrativa decorrente do fato de que uma das entidades coordenadoras da eleição, o IMARH, foi eleito na eleição por ele mesmo coordenada, e a nulidade decorrente de norma que obriga pessoas a se associarem. Idêntica situação aconteceu na indicação dos integrantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente, a qual já é objeto de ação civil pública idêntica a esta.

Com efeito, regra elementar do Direito Brasileiro é a de que, para a prática de qualquer ato jurídico e, notadamente, os administrativos, é indispensável ter personalidade jurídica, sob pena de nulidade do ato praticado. Sem agente capaz não existe ato jurídico.

Os autos comprovam que o art.2º,§4º do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e todos os atos que em seu nome foram praticados, é simplesmente ilegal, nulo, por delegar competência a um ente sem personalidade jurídica.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.

Como adiante se demonstrará, esse tipo de delegação existe em âmbito federal, porém essa delegação é dirigida a entidades reais, pessoas jurídicas a quem é possível responsabilizar civil, penal e administrativamente. A obediência a essa regra é essencial, pois, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos se integra, necessária, e hierarquicamente, ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela lei federal nº9.433/1997.

Por tudo isso, propõe-se a vertente ação civil pública com o objetivo de ver declaradas nulas: a nomeação dos integrantes do CONERH, efetuada em **19/11/2007**, na parte que se refere às entidades da sociedade civil; a eleição realizada pelo FMOSC em **24/09/2007**, e o art.2º,§4º do Decreto nº 21.821 (Regulamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH) e da Portaria nº064, de 31/07/2007 que regulamentou as eleições para o CONERH.

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

A participação da sociedade civil na gestão ambiental exercida pelo Poder Público é uma característica própria da Administração Ambiental que deriva da redação do art.225,*caput* da Constituição da República. Trata-se do princípio da participação popular, muito significativo no que concerne ao gerenciamento de recursos hídricos.

Uma das formas pelas quais a sociedade civil participa da gestão dos recursos hídricos ocorre pela sua integração aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, comitês de Bacia Hidrográfica e outros colegiados.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.

No âmbito federal o Conselho Nacional de Recursos Hídricos é integrado por entidades da sociedade civil com atuação na matéria, além de usuários, porém, a sua escolha é feita pela própria Administração Pública que, delega competência a entidades reais com mais de 05 (cinco) anos de existência legal.

No Maranhão a eleição dos integrantes da sociedade civil a serem indicados pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente foi disciplinada pelo art.2º,§4º do Decreto Estadual nº21.821, de 23/11/2005, com a redação alterada pelo Decreto Estadual nº23.171/2007, que tem a seguinte redação:

“Art.2º.....

§4º – Os representantes do inciso V do caput deste artigo serão indicados pelo Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, designados pelo presidente de cada entidade, eleitos em assembléia do Fórum Maranhense de Organizações da Sociedade Civil e nomeados pelo Governador.”

Ou seja, por delegação de competência estabelecida em regulamento, no Maranhão, os integrantes do CONERH que representam a sociedade civil e que, no exercício de seus mandatos, praticam atos administrativos, tem sua indicação pelo Secretário de Meio Ambiente condicionada a uma eleição realizada por um ente despersonalizado.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.

A idéia não seria ruim, se o Fórum Maranhense de Organizações da Sociedade Civil tivesse personalidade jurídica, regimento, e tudo o mais que lhe permitisse praticar atos jurídicos válidos e ser responsabilizado, assim como seus dirigentes, pelos atos praticados em seu nome.

Nesse ponto, o art.2º,§4º do Regulamento do CONERH é nulo, e fere o princípio da legalidade previsto no art.37*caput* da Constituição da República, pois, de acordo com o art.45 do Código Civil vigente a “*existência legal das pessoas jurídicas começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro...*” ...”, e a validade dos atos jurídicos requer agente capaz, nos termos do art.104, I do mesmo Código.

Por óbvio, sem registro não há personalidade jurídica e sem ela nenhum ato praticado é válido, tal como prevê o art.166, I do Código Civil. Daí que todos os atos praticados com base no citado artigo 2º§4º do regulamento do CONERH são nulos, inclusive a Portaria nº064/2007, e eleição realizada em 24/09/2007 e todos os atos subseqüentes, até o ato de nomeação praticado pelo Senhor Governador do Estado, na parte que se refere à nomeação das entidades ambientalistas, publicado no DOE de 29/11/2007, por violação direta ao art.37*caput* da Constituição Federal e ao princípio da legalidade.

Se tal não bastasse, a eleição de duas entidades que coordenavam o processo seletivo contraria o princípio da moralidade administrativa (art.37,*caput* da Constituição da República), tornando o ato de sua nomeação, ilegal e nulo de pleno direito.

Estes os fundamentos jurídicos desta exordial.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.**

III - DO PEDIDO E SUAS ESPECIFICAÇÕES.

Ante o exposto, com fulcro no art. 3º da Lei nº7.347/85 e no art.461 do Código de Processo Civil, propõe-se a vertente ação civil pública declaratória de nulidade de ato jurídico em face do Estado do Maranhão, a qual requer o Ministério Público seja julgada procedente para:

- 1) Declarar nulo de pleno Direito, com efeitos *ex tunc*, o art.2º, §4º do Decreto Estadual nº.21.821, de 23/11/2005, com a redação alterada pelo Decreto Estadual nº23.171/2007; a portaria nº064, SEMARN de 31/07/2007 (DOE de 14/08/2007), a eleição realizada pelo FMOSC em 29/09/2007 e a nomeação das entidades da sociedade civil: AGEMA, IMARH, ABES, IDESA, AEP-MA e NUDESAM/OSCIP, efetuada e publicada em 29/11/2007;

Nesta oportunidade requer-se também:

- 1) A produção de toda e qualquer modalidade de prova lícita e necessária, em especial, juntada de documentos e oitiva de testemunhas;
- 2) A citação do réu na pessoa de seu representante legal já indicado, a teor do art.215 do CPC, para



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.

responder aos termos desta ação sob as cominações legais e acompanhá-la até o final.

3) A citação das seguintes pessoas jurídicas como litisconsorte passivos:

3.1 – Associação dos Geólogos do Maranhão – **AGEMA**, domiciliada na rua 05, quadra 05, casa 05, Vinhais, a ser citada na pessoa de Ediléia Dutra Pereira;

3.2 – Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – **IMARH**, domiciliado na rua Inácio Xavier de Carvalho, nº677, sala 03, São Francisco, a ser citado na pessoa de Francisco Martins da Silva;

3.3 – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – **ABES**, domiciliada na rua do Aleccrim, nº415, sala 105, Centro, a ser citada na pessoa de Carlos Rogério dos Santos Araújo;

3.4 – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – **IDESA**, domiciliado na VP 25, casa 15 A, COHAB Anil II. a ser citado na pessoa de Eduardo Pinheiro Padilha;

3.5 – Associação dos Engenheiros de Pesca do Maranhão AEP-MA;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.

3.6 – Núcleo de Desenvolvimento em Estudos Sócios Ambientais do Maranhão. NUDESAMA/OSCIP; domiciliado Rua Jeremias Caldeiras, 104 65725-000 - Pedreiras – MA, a ser citado na pessoa de Jadirson Alves da Silva:

TUTELA INIBITÓRIA. SUSPENSÃO DO EFEITOS DO ATO DE NOMEAÇÃO – REUNIÕES DO CONERH.

À total evidência de nulidade absoluta dos atos praticados com base no art.2º§4º do Regulamento do CONERH, notadamente a eleição e a nomeação dos integrantes da sociedade civil já nominados, a análise dos autos mostra o malferimento de outros princípios de Direito, dentre os quais o princípio da moralidade administrativa pela eleição de duas entidades que coordenavam a “eleição”, *in casu*, o IMARH e a ABES.

A violação direta ao princípio da legalidade, decorrente da prática de atos jurídicos por ente despersonalizado, dispensa maiores argumentações, que serão postas na réplica e nas alegações finais. Por isso, é mais que plausível o direito invocado, com denso *fumus boni jûris*.

Como se constata dos autos, os membros do CONERH já foram empossados, já possuem calendário de reuniões e deverão, muito em breve, votar matérias de relevância para o Estado do Maranhão.

Assim, é também previsível que ao final, seu julgamento ocorra quando os mandatos dos atuais integrantes do CONERH já terá se encerrado e, todos os atos praticados pelo CONERH, sejam simplesmente



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.

declarados nulos, com grave prejuízo à gestão de recursos hídricos do Estado do Maranhão.

Por isso, visando prevenir irreversíveis danos ao meio ambiente e à sociedade, requer o Ministério Público que se digne Vossa Excelência em conceder liminar para suspender os efeitos do ato de nomeação dos integrantes do CONERH, publicado no Diário Oficial do Estado de **29/11/2007**, até o julgamento final do processo e, como não é possível o exercício das atividades do CONERH sem a participação das entidades da sociedade civil, suspenda também as atividades do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, até o julgamento final da lide, nos termos do **art.461 do Código de Processo Civil**.

Tal medida de tutela inibitória se faz imprescindível, tanto para assegurar a utilidade do processo quanto para impedir que se perpetue a prática de ato jurídicos nulos, em sério prejuízo ao princípio da legalidade e ao princípio da participação popular. A doutrina sobre o tema é clara em admitir essa medida, *verbis*:

“Portanto, a lei autoriza que o juiz, visando o resultado prático equivalente ou a tutela específica, determine, de ofício, outras medidas e/ou multa, ainda que não haja dedução desse pedido no processo. Nesse sentido, mecanismos devem ser utilizados para se evitar o ressarcimento do dano, buscando, na verdade, a prevenção do ilícito”(STONOGA, Andreza Cristina. Tutela inibitória ambiental – A prevenção do ilícito. Juruá, p.103)



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANISMO E
PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LUIS.**

Embora inestimável, dá-se à causa o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por simples arbitramento.

Requer-se também a adoção do rito comum ordinário do art.272 do Código de Processo Civil.

Este feito é isento de custas e emolumentos a teor do art.18 da Lei n.º7.347/85.

Termos em que espera deferimento.

São Luís, 21 de fevereiro de 2008,

***Luís Fernando Cabral Barreto Júnior,
Promotor de Justiça.***